

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.371.189 - CE (2018/0251063-5)**

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
EMBARGANTE : LAIS DE FRANCA CABRAL - ESPÓLIO
REPR. POR : RICARDO CESAR DE FRANCA CABRAL - INVENTARIANTE
ADVOGADO : JULIO CARLOS CRISPINO LEITE FILHO - CE005705
EMBARGADO : JAQUELINE ARAUJO ALENCAR ARARIPE
EMBARGADO : CENTRO DA TERRA CONSULTORIA LTDA
EMBARGADO : SILVANA ARAÚJO ALENCAR ARARIPE
ADVOGADOS : DANIEL HOLANDA LEITE - CE013714
SILVANA MARIA FLORÊNCIO DE CARVALHO - CE006083

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de divergência interpostos contra acórdão da Terceira Turma, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA.

1. Ação de anulação de contrato de locação por vício de dolo.
2. Não merece conhecimento o agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.
3. Agravo interno no agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

Sustenta dissídio com o EDcl no AREsp 405.570/RJ, oriundo da Quarta Turma.

É o relatório.

2. Com efeito, o recurso não comporta conhecimento.

O acórdão embargado transitou em julgado em 21/6/2019, conforme se nota da certidão de fl. 1.279.

Contudo, as razões recursais foram protocoladas em expediente avulso apenas em 11/11/2019, quase cinco meses depois.

Verifica-se, portanto, a manifesta extemporaneidade, além de já ter sido encerrada a prestação jurisdicional.

3. Ante o exposto, não conheço dos embargos de divergência.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator